



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 8/XII/ 1.ª SL

Aos 14 dias do mês de Setembro de 2011, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação das actas n.ºs 5 e 6/XII/1.ª;**
- 2. Distribuição do Relatório «Portugal na União Europeia - 2010»;**
- 3. Distribuição da iniciativa europeia COM (2011) 393 - Livro Verde: O Regime da União Europeia em matéria de controlo das exportações de produtos e tecnologias de dupla utilização: garantir a segurança e a competitividade num mundo em mudança;**
- 4. Outros assuntos.**

1. Aprovação das actas n.ºs 5 e 6/XII/1.ª;

O Senhor Presidente, Deputado José de Matos Correia, declarou aberta a reunião e colocou à votação as actas n.ºs 5 e 6/XII/1.ª SL, referentes, respectivamente, às reuniões havidas nos dias 23 e 30 de Agosto, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

2. Distribuição do Relatório «Portugal na União Europeia - 2010»;

O relatório, na parte respeitante às matérias sob competência da Comissão de Defesa, foi distribuído ao Grupo Parlamentar do PS, que indicará posteriormente o relator.

3. Distribuição da iniciativa europeia COM (2011) 393 – Livro Verde: O Regime da União Europeia em matéria de controlo das exportações de produtos e tecnologias de dupla utilização: garantir a segurança e a competitividade num mundo em mudança;

Nesta matéria, o Senhor Presidente chamou a atenção para a necessidade de se definir uma metodologia para o escrutínio de iniciativas europeias, considerando que



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 8/XII/ 1.ª SL

não deve ser feito automaticamente. Sugeriu, assim, começar por perguntar aos grupos parlamentares se vêm interesse no escrutínio de cada iniciativa enviada pela Comissão de Assuntos Europeus, e depois, em caso afirmativo, essa iniciativa será distribuída nos moldes habituais. Esta sugestão de metodologia mereceu o consenso dos presentes.

O Senhor Presidente colocou então à consideração a possibilidade de escrutínio da iniciativa europeia constante da OD - *Livro Verde: O Regime da União Europeia em matéria de controlo das exportações de produtos e tecnologias de dupla utilização: garantir a segurança e a competitividade num mundo em mudança.*

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) considerou haver todo o interesse no escrutínio desta iniciativa, o que mereceu a concordância dos restantes grupos parlamentares. Foi nomeado relator o Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD).

4. Outros assuntos.

Passando ao último ponto da OD, o Senhor Presidente deu conta de que será antecipada a primeira audição do Senhor Ministro da Defesa Nacional ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento, possivelmente para a segunda quinzena de Setembro, mas ainda em acerto de datas com o Gabinete do Senhor Ministro.

Frisou a importância de se antecipar esta primeira audição para se iniciarem também as audições com os Chefes Militares. A este propósito, colocou à consideração da Comissão a questão de saber se o primeiro contacto com a Comissão deverá ter lugar em audição na Assembleia da República ou em visita a unidades de cada um dos Ramos, em que serão feitos os respectivos *briefings*.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) lembrou que a tradição da Comissão tem sido a de o primeiro contacto consistir numa visita, com excepção dos casos em que um chefe militar toma durante o mandato da Comissão, caso em que tem lugar uma audição na Assembleia.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 8/XII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Marcos Perestrelo (PS) disse considerar que o primeiro contacto da Comissão com os Chefes Militares deveria consistir numa audição na Assembleia da República.

O Senhor Deputado João Soares (PS) considerou ser possível conjugar as duas hipóteses, por exemplo realizando primeiro uma audição com o Senhor Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e depois uma visita a cada um dos Ramos.

O Senhor Presidente disse ser de opinião que o primeiro contacto com os quatro chefes militares deve ter lugar na Assembleia da República, tal como acontece com os responsáveis políticos, sem prejuízo de logo de seguida se fazerem as visitas.

O Senhor Deputado Joaquim Ponte (PSD) concordou com a proposta do Senhor Presidente.

Seguidamente o Senhor Presidente propôs definir-se uma metodologia para as audiências - se devem ser concedidas pelo plenário da Comissão ou por um grupo de trabalho constituído para o efeito. Recordou práticas de outras comissões, considerando haver vantagens em criar um grupo de trabalho, o que não impede os restantes membros da Comissão de participar nas audiências. Sobre esta matéria usaram da palavra os Senhores Deputados João Soares (PS), Joaquim Ponte (PSD) e João Rebelo (CDS-PP), que concordaram com a criação de um grupo de trabalho.

Usou depois da palavra o Senhor Deputado João Soares (PS), que começou por dirigir alguns cumprimentos pessoais ao Senhor Presidente e disse discordar da sua posição relativamente à abertura das reuniões à comunicação social. Assim, não obstante reconhecer que tal decorre de uma deliberação democraticamente tomada pela Comissão, manifestou a sua discordância com a realização, como regra, das reuniões abertas à comunicação social por entender que tal impede o aprofundamento do debate político. Assim, considerou que seria, por exemplo, muito útil fazer uma reflexão política sobre a recente reunião com o Secretário-Geral da NATO, mas tal não será possível com a presença da comunicação social. Lembrou a este propósito as jornadas de reflexão realizadas na IX Legislatura, sob a presidência do Senhor Deputado Correia de Jesus.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 8/XII/ 1.ª SL

Por outro lado, apelou ao Senhor Presidente no sentido de ser dada oportunidade a todos os Deputados de intervir, quando o desejem, sobre os assuntos em discussão, pois tal enriquece o debate.

O Senhor Presidente começou por agradecer e retribuir os cumprimentos e recordou que o Regimento obriga à realização das reuniões de forma pública, como regra. Além do mais, lembrou que também a Comissão de Negócios Estrangeiros – que reunia sempre à porta fechada - agora reúne de forma pública. Contudo, disse também não ter dúvidas de que algumas reuniões têm, pela natureza das matérias tratadas, de se realizar à porta fechada, casos em que a Comissão deliberará nesse sentido, nos termos regimentais e regulamentares. Considerou tal ser, por exemplo, o caso das audições dos chefes militares. Já quanto às audições com membros do Governo, entendeu que elas devem por regra ser públicas: os portugueses têm o direito de conhecer as orientações do Governo para a área da defesa nacional.

Referiu ainda que concorda que Comissão de Defesa Nacional pode também ter um importante papel de reflexão sobre assuntos da defesa nacional, aproveitando o saber acumulado de muitos dos membros da Comissão de Defesa e assim contribuindo para a evolução do pensamento nesta área – e nestes casos também se justificará que as reuniões não sejam públicas, para que todos falem livremente.

Quanto ao uso da palavra, disse entender que todos os membros da Comissão têm igual direito de participação. Deu a este propósito o exemplo das audições: sendo certo que numa primeira ronda de questões por regra são os coordenadores que usam da palavra, na segunda qualquer Deputado pode intervir.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 Setembro 2011.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS CORREIA)

Aprovada na reunião de 20-09-2011.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 8/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Hélder Sousa Silva
Hugo Lopes Soares
João Gonçalves Pereira
João Rebelo
João Soares
Joaquim Ponte
José de Matos Correia
Luís Vales
Marcos Perestrello
Mónica Ferro
Odete João

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Braga
Correia de Jesus
Rosa Maria Albernaz

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Arménio Santos
Carina Oliveira
José Lello
Mariana Aiveca
Miranda Calha
Pedro do Ó Ramos